



DESAFIOS E POSSIBILIDADES PARA A PERMANÊNCIA NA PROPRIEDADE FAMILIAR: O CASO DOS/DAS ESTUDANTES DO CURSO TÉCNICO DA ESCOLA FAMÍLIA AGRÍCOLA(EFA) DO MUNICÍPIO DE LICÍNIO DE ALMEIDA/BAHIA

Manoel Carlos Freire Souza – UNEB Campus XII / EFA de Licínio de Almeida
Leidjane Fernandes Baleeiro – UNEB Campus XII

Resumo

O presente trabalho resulta de uma pesquisa de campo que teve como *lôcus* a Escola Família Agrícola do município de Licínio de Almeida (EFALA), Bahia, tendo como objetivo identificar os desafios e possibilidades para a permanência dos/das estudantes na propriedade familiar, após concluir o Curso Técnico em Agroecologia. Na composição da metodologia de trabalho, recorremos a uma abordagem quantitativa/qualitativa, para fins de produção dos dados e obtenção de respostas para o tema, realizamos questionário e roda de conversa com os estudantes do Curso Técnico em Agroecologia. Após a categorização e análise dos dados, chegamos aos seguintes resultados: mesmo com algumas fragilidades formativas, a EFA incentiva a permanência do jovem no campo. Diante das respostas dos jovens envolvidos na pesquisa, foi possível perceber que este trabalho contribuiu para uma melhor compreensão da realidade vivenciada pelos estudantes da EFA de Licínio de Almeida nas suas comunidades. A roda de conversa também possibilitou identificar, entre os jovens, familiares e suas respectivas comunidades, o que cada estudante entende por: trabalho, educação, cultura, esporte e lazer

Palavras-chave: EFA. Desafios. Possibilidades. Permanência. Jovem do Campo.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho aflora do trabalho de conclusão do curso de Pós-graduação *Lato Sensu* em Educação do Campo, da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), vinculado com a relação do pesquisador com a Escola Família Agrícola de Licínio de Almeida (EFALA).

Neste estudo, consideramos o papel da Escola Família Agrícola (EFA) e da pedagogia da alternância para a permanência do jovem no campo, através de suas atividades teóricas e práticas que partem da realidade do educando levando em conta o papel do educador, dos familiares e a interação com a comunidade.



OBJETIVO(S)

Propomos os seguintes objetivos de pesquisa: analisar os desafios e possibilidades dos estudantes da EFALA para permanecerem no campo após concluir o Curso Técnico em Agroecologia; identificar como a EFALA pode contribuir para a permanência do jovem no campo.

METODOLOGIA

Para compreender alguns pressupostos teóricos da pedagogia da alternância, Educação do Campo, escolas famílias agrícolas e a juventude no campo, este trabalho foi desenvolvido utilizando a abordagem quantitativo-qualitativa, no qual utilizamos como instrumentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, o questionário e a roda de conversa abordando questões pertinentes ao tema.

Fizeram parte da pesquisa 33 estudantes da EFALA, no qual no decorrer da pesquisa, foi realizado com os participantes um levantamento de dados como idade e município que reside devido às questões éticas os nomes verdadeiros foram substituídos por nomes fictícios. A pesquisa foi feita com alunos entre a faixa etária de 16 a 18 anos, sendo 17 do sexo feminino e 16 do sexo masculino, residentes em 6 municípios, sendo eles, Caculé, Condeúba, Jacaraci, Licínio de Almeida, Urandi no Estado da Bahia e Espinosa no Estado de Minas Gerais.

REFERENCIAL TEÓRICO

A Educação no/do Campo é um direito de todos os brasileiros e é preciso garantir que todos os jovens que vivem no campo tenham acesso à educação de qualidade. Segundo Caldart et al (2012, p.4) “A essência da Educação do Campo não pode ser apreendida senão no seu movimento real, que implica um conjunto articulado de relações que a constituem como prática/projeto/política de educação e cujo sujeito é a classe trabalhadora do campo”.



A Educação do Campo, fruto das lutas dos movimentos sociais organizados em coletivos no final da década de 1990 (Molina, 2012), hoje se constitui como uma das modalidades da educação básica do Brasil e tem garantida sua legitimidade jurídica nos Marcos Normativos da Educação do Campo, em destaque, nas Diretrizes Educacionais - Resolução nº 1 (Brasil, 2002) e no Decreto 7.352 (Brasil, 2010).

A educação ofertada pelas Escolas Famílias Agrícolas está pautada nos princípios da Educação do campo e na Pedagogia da Alternância, que ao alternar tempos e espaços de aprendizagem busca dialogar e estudar a realidade em que a escola e seus sujeitos estão inseridos. Conforme destaca Brum e Telau (2016), a alternância, configura como uma alternativa viável e necessária para a educação dos jovens camponeses, e assim, criando possibilidades para a permanência dos jovens no campo, e acima de tudo na construção de sentimento de pertença por este espaço que também é produtor de conhecimentos.

Segundo Zamberlan (1995), por meio da alternância os saberes práticos e a teoria se juntam. Suas contribuições nos auxiliam a compreender que a alternância busca articular os conhecimentos escolares à realidade dos estudantes, pois à medida que o estudante permanece uma semana com a família, e em seguida na escola, sendo estes espaços articulados por diversos instrumentos como o plano de estudo, torna-se propício um diálogo entre sua realidade e a escola. Essa perspectiva apontada pelo autor está expressa também no Projeto Político Pedagógico (PPP) da EFALA, onde apresenta a proposta educativa da escola de integração com a realidade do estudante, proporcionado pelo movimento alternante.

RESULTADOS/DISCUSSÃO

A coleta de dados foi dividida em duas etapas, sendo a primeira, uma roda de conversa e a segunda, um questionário, ambos com os estudantes do Curso Técnico em Agroecologia Integrado ao Ensino Médio da EFALA. Na roda de conversa, fez-se um diálogo sobre a visão do discente a respeito dos desafios e possibilidades para a permanência dos/das estudantes na



propriedade familiar, expectativas para a atuação futura na área de formação, e como a EFALA pode contribuir para a permanência do jovem no campo.

A priori, fez-se uma síntese sobre a Educação do Campo, a vivência na comunidade e como os estudantes veem o trabalho no campo. Durante a roda de conversa, percebeu-se que muitos participantes percebem o trabalho na roça como sendo pesado, extremo e na cidade, como sendo trabalho de escritório, sem esforço físico.

Quando questionado sobre o que pode ser feito para tornar o trabalho no campo mais atrativo para os jovens, os mesmos responderam que é preciso investimentos governamentais na educação do/no campo, financiamento para os jovens, modernizar o campo com investimentos em máquinas e equipamentos que facilite o trabalho dos jovens nas suas atividades agrícolas, garantindo ocupação e renda no campo. Durante a discussão, entendeu-se que há, na maioria dos estudantes, o interesse em continuar os estudos, buscando curso superior ou outros cursos técnicos que aprimorem os conhecimentos e garantam mais qualificação para o mercado de trabalho.

Já em relação ao esporte, cultura e lazer, muitos apontaram que faltam espaços dedicados ao lazer nas comunidades rurais, como disse o jovem Palmeira “Ah! na roça é difícil, só tem campo de futebol (campo de terra) e Boteco com mesa de sinuca, onde os jovens se diverte e também se perde”. Os jovens ainda relataram que, nos centros urbanos dos municípios também não há tantas opções de lazer visto que, muitos espaços são privados e essa privatização estão chegando no campo, como por exemplo: sítios e chácaras particulares, para o lazer final de semana. Segundo a jovem Trombeta “O povo da zona urbana está deixando a cidade para ir à busca de lazer no campo.” Ainda segundo os demais jovens participantes da pesquisa os governantes deveriam investir mais no esporte e lazer para a juventude.

Notamos que mesmo os governantes e a sociedade, sabendo da importância de investir no trabalho, na educação, cultura e lazer, são poucos os investimentos principalmente na área de lazer, e se tratando do campo há uma carência ainda maior em investimentos e políticas públicas que propiciam a permanência dos jovens no campo. Na história do Brasil os jovens



agricultores sempre foram deixados para segundo plano, principalmente em se tratando de políticas públicas agrícolas, que historicamente foram feitas para atender os grandes latifúndios.

Diante disso, para garantir a permanência dos jovens no campo precisamos contar com apoio de todos os setores da sociedade e de políticas públicas específicas para quem vive no campo, políticas estas que dê condições de trabalho renda e permanência no campo.

CONCLUSÕES

Na culminância da roda de conversa, entendeu-se que há um grande interesse, por parte dos estudantes, em permanecer no campo, com novas técnicas, modernizando a agricultura familiar e, paralelamente, preservando o ecossistema onde vive. Ainda pode-se observar que a cultura familiar é passada para as novas gerações, mas sempre com alguma técnica diferente, com isso, vê-se a importância das práticas dos ensinamentos da EFALA nas comunidades onde os estudantes residem.

Entretanto, existem algumas medidas que precisam ser tomadas para garantir que os jovens permaneçam no campo, como oferecer melhores oportunidades educacionais e de trabalho e renda no campo, promover o desenvolvimento de atividades agrícolas e pecuárias sustentáveis, apoiar as famílias rurais na criação de negócios e empreendimentos, melhorar a infraestrutura rural, como estradas, escolas e hospitais, proteger o meio ambiente e promover a conservação dos recursos naturais e valorizar o trabalho e a cultura dos jovens rurais, investindo em lazer, esporte e cultura.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Presidência da República**. Decreto o 7.352, de 4 de novembro de 2010: dispõe sobre a Política Nacional de Educação do Campo e sobre o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária. Diário Oficial da União, Brasília, 4 nov. 2010.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 3 de abril de 2002**: institui Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo. Brasília: MEC/CNE/CEB, 2002.

25 a 27
setembro
2024



POR UMA
UNIVERSIDADE
PÚBLICA,
DIVERSA E
INCLUSIVA

BRUM, Júlia, TELAU, Roberto. **O Plano de Estudo e a Integração dos Conhecimentos na Pedagogia da Alternância**. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Espírito Santo, Barra de São Francisco, 2016

CALDART, Roseli Salete; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudêncio. **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

MOLINA, Mônica Castagna. Legislação Educacional do Campo. In: CALDART, Roseli Salete (org). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

ZAMBERLAN, Sérgio. **Pedagogia da Alternância. Escola Família Agrícola**. Santa Teresa, ES: MEPES, 1995.